

RECEITA DE MÉDICO



David Uip
Infectologista, reitor licenciado do Centro
Universitário FMABC e Secretário de Ciência,
Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde de SP



Mais vacinas para o Brasil

O Brasil costumava ter uma tradição histórica de campanhas bem-sucedidas de vacinação, reconhecidas mundialmente. Em 1973, ano em que foi criado o Plano Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde, nosso país tinha acabado de receber certificação internacional pela erradicação da varíola. Mas hoje, quase 50 anos depois dessa conquista, infelizmente estamos caminhando para trás.

Vacinas são a forma mais importante de pre-

venção de doenças, e em nosso território temos instituições competentes que as produzem, integral ou parcialmente, além de uma capilaridade do sistema de saúde que permite o alcance em comunidades afastadas dos grandes centros urbanos, graças às Unidades Básicas de Saúde, por exemplo. Com parcerias nacionais e internacionais, não é exagero falar que temos capacidade de imunizar quase toda a população, em conformidade com os públicos elegíveis e as políticas de saúde.

No entanto, nos últimos anos surgiu um inimigo poderoso para as campanhas de vacinação e para a saúde pública, no geral. As fake news a respeito das vacinas provocaram medo em uma fatia considerável da população e contribuíram para o retorno de doenças que já pareciam fora do nosso radar.

Essas mentiras são geradas e espalhadas em escala global. Um negacionismo que só provoca o retrocesso e prejudica muito a saúde do povo. Nos últimos quatro anos, o poder executivo central brasileiro, que deveria dar o bom exemplo, ajudou a espalhar inverdades sobre as vacinas. Quantas mortes teriam sido evitadas se a imunização contra a Covid-19 no Brasil não tivesse atrasado tanto tempo?

A vacinação é direito do povo e dever do Esta-

do, prevista na Constituição Federal. Campanhas que desestimulam a imunização são criminosas, verdadeiros atentados à vida. Para se ter noção da gravidade da situação atual, uma curiosidade: a Organização Mundial da Saúde (OMS) lista anualmente as dez maiores ameaças globais à saúde. Algumas doenças são repetidas ano após ano e já são comuns nessa lista, como a Aids e a dengue. Mas na versão de 2019

Não é possível permitir que vidas sejam colocadas em risco por conta de ideologias sem fundamento. Vacinar é cuidar e cuidar-se

apareceu na lista um novo nome. Não se tratava de uma doença, mas uma ameaça social: o movimento antivacinas. Esse grupo já existe há muito tempo mas acabou se tornando maior com a globalização e o advento das redes sociais, disseminando ideias duvidosas e, em muitos casos, mentirosas. Aqui no Brasil o efeito dessas fake news tem sido visível. Um estudo feito pela Rede de Políticas Públicas e Sociedade, grupo formado por mais de cem cientistas e pesquisadores de instituições brasileiras e estrangeiras, mostrou que a disseminação de mentiras e a campanha de descrédito realizada contra a CoronaVac afetou a imunização

dos brasileiros contra a Covid-19 a partir do fortalecimento de grupos antivacinas.

Alguns outros dados mostram o tamanho do problema em que nos encontramos. Entre os anos 2000 e 2015, nossa cobertura vacinal para tuberculose, hepatite B, pólio, sarampo e rubéola sempre esteve na faixa considerada ideal, entre 95% e 99% da população alvo vacinada. Já em 2022 temos números assustadores. A vacinação para a pólio, por exemplo, atingiu apenas 60% do público-alvo até o mês de outubro. No caso do sarampo, em 2021 a cobertura foi de apenas 73%. Números muito abaixo da média mundial, algo fora da realidade a que estávamos acostumados.

O retorno dessas doenças seria uma triste notícia para nosso país. É por isso que o momento exige estratégias públicas de comunicação e conscientização. Voltar a promover campanhas nacionais, destacando a segurança e confiabilidade da imunização para garantir maior adesão, é algo inadiável. Não é possível permitir que vidas sejam colocadas em risco por conta de ideologias sem fundamento.

A vacinação oferece proteção individual e coletiva, evita interações pelo agravamento de doenças e pode ser decisiva para salvar vidas. Por isso, vacinar é cuidar e cuidar-se.



Contra o tempo. Pesquisadores desenvolvem vacina contra a dengue no Instituto Butantan, que deve ser concluída só em 2024; mesmo com novos imunizantes o controle do mosquito será necessário

Temporada de dengue começa com avanços contra a doença

Vacinas e mosquitos geneticamente modificados trazem ânimo diante da urgência imposta pela alta de 180% nas infecções e pelo maior registro de mortes desde 2015

CLEIDE CARVALHO E
ELISA MARTINS
saude@oglobo.com.br
SÃO PAULO

A temporada de calor e chuvas fortes está de volta e, com ela, uma campanha famosa e indesejada desta época do ano: o mosquito. O aumento de casos de dengue — 180,5% até meados de novembro, em comparação com o mesmo período do ano passado — e de mortes pela doença — um recorde desde 2015 — acende um alerta entre especialistas, que ressaltam a importância de reforçar medidas de combate nem sempre seguidas pela população.

Em paralelo, outras ações avançam, como o desenvolvimento de vacinas e a liberação de mosquitos que ajudam a reduzir a população de *Aedes aegypti*, principal vetor urbano de dengue, zika e chicungunha.

A Agência Nacional de Vi-

gilância Sanitária (Anvisa) está em fase final de análise do imunizante contra a dengue da farmacêutica japonesa Takeda. A expectativa é de que ela chegue ao mercado já em 2023. Nomeada provisoriamente como TAK-003, a nova vacina é tetravalente, o que significa que atua sobre os quatro sorotipos do vírus da dengue.

Trata-se de uma vacina de vírus atenuado, aplicada em duas doses, desenvolvida com tecnologia do Centro de Prevenção de Doenças dos Estados Unidos e feita com base na estrutura genética do sorotipo 2 (DENV-2).

Segundo a pediatra Vivian Lee, diretora de medical affairs da Takeda no Brasil, os estudos foram feitos ao longo de quatro anos e meio, em mais de 20 mil crianças e adultos em 13 países endêmicos da Ásia e América Latina. Os resultados indicam

que a vacina TAK-003 previne 84% das hospitalizações causadas pela doença e evita 61% dos casos de dengue sintomática.

— Há grande potencial de proteção da população a longo prazo, ao lado do combate ao mosquito — afirma Lee.

No Brasil, a dengue é prevalente na faixa etária de 20 a 59 anos, mas o risco para casos graves é maior em crianças e idosos. Dados do Ministério da Saúde mostram que 968 pessoas morreram vítimas da doença este ano, até o último dia 12. O número de casos supera 1,37 milhão, o que representa 87,3% dos registros da doença nas Américas, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

— A vacina é a solução para o controle da doença. Controlar o mosquito num país como o nosso, com falta de saneamento básico, com

lixões e esgoto a céu aberto, não é algo fácil — afirma Renato Kfoury, diretor da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBim).

O Instituto Butantan também realiza estudos clínicos de desenvolvimento de uma vacina contra a dengue que seria aplicada em dose única. O estudo com 17 mil pacientes voluntários está em fase 3, que avalia eficácia. A previsão é de que as análises sejam concluídas e submetidas à Anvisa até meados de 2024, mas resultados preliminares devem ser liberados já nos próximos dias.

— Já sabemos, pelas fases anteriores, que a vacina induz a produção de anticorpos. Agora precisamos entender o quanto esses anticorpos efetivamente protegem contra a doença e previnem hospitalizações e óbitos — afirma Fernanda Boulos, diretora de Ensaios

Clínicos do Butantan.

O desafio inicial do projeto, conta, foi encontrar um número grande de voluntários, de diferentes faixas etárias, inclusive pediátrica. A esse se somou o de testar uma vacina contra os quatro sorotipos da dengue — os tipos 3 e 4 circulam pouco no Brasil. E a redução de casos de dengue em anos anteriores, curiosamente, forçou uma pausa.

— Para os estudos de eficácia, precisávamos ter casos. Senão, não conseguiríamos demonstrar se (a eficácia) era pela vacina ou porque o vírus tinha parado de circular — lembra. — Nossa expectativa é bastante alta sobre os resultados preliminares.

O instituto também pesquisa uma vacina de vírus atenuado contra chicungunha, em parceria com a farmacêutica Valneva Áustria GmbH, e que está em fase 3 de ensaios clínicos.

BARREIRAS E TECNOLOGIA

Há mais de 25 anos se estudam protótipos de vacina contra a dengue, mas o desenvolvimento esbarra em obstáculos como o da necessidade de prevenir contaminação por quatro sorotipos diferentes. Outro é a ampliação do público-alvo: a vacina já existente, da farmacêutica Sanofi, é recomendada apenas para pessoas

que já tenham sido infectadas anteriormente pelo vírus. O imunizante foi licenciado no Brasil em 2015, com esquema em três doses.

Sem a disponibilidade imediata da vacina pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI), a principal forma de controle da doença segue sendo o combate ao mosquito *Aedes aegypti*.

Na semana passada, pesquisadores da Fiocruz e da iniciativa internacional World Mosquito Program (WMP) iniciaram em Niterói novas liberações de mosquitos com a bactéria *Wolbachia*. O projeto começou em 2015, e a expectativa é de que, com a finalização em mais bairros da cidade, o município se torne o primeiro do Sudeste 100% coberto pelo microrganismo.

Presente naturalmente em 50% dos insetos — mas não no *Aedes aegypti* —, a *Wolbachia* impede que os vírus da dengue, zika, chicungunha e febre amarela urbana se desenvolvam dentro do mosquito. Ao se reproduzirem com *Aedes* locais, os mosquitos com a bactéria estabelecem uma nova população.

Dados de 2021 indicam diminuição de 70% dos casos de dengue, 60% de chicungunha e 40% de zika nas áreas onde houve a intervenção. O projeto também acontece em Belo Horizonte (MG), Petrolina (PE) e Campo Grande (MS).

Já em São Paulo, o braço brasileiro da empresa britânica Oxitec aposta em mosquitos geneticamente modificados para reduzir a população de *Aedes aegypti*. As novas liberações começaram em outubro, em Indaiatuba, no interior do estado, onde foi feito o projeto piloto. Este ano, pela primeira vez, a tecnologia chegará a todos os estados brasileiros.

— Em cinco anos de atuação em Indaiatuba, vimos a eficácia no controle das fêmeas infectadas (responsáveis pela transmissão). A supressão da população local de insetos foi acima de 95% nos bairros tratados — afirma Natália Ferreira, diretora da Oxitec Brasil.

As liberações recentes de mosquitos transgênicos, afirma, ajudarão a evitar o pico de infestação que ocorre normalmente em janeiro, em complemento aos esforços das vacinas:

— O mosquito transmite mais de cem arbovírus. As vacinas são muito bem-vindas, mas o controle do mosquito vai evitar que, no ano seguinte, tenhamos epidemias de um segundo ou terceiro vírus — diz Ferreira.